

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ANTICOMUNISMO: O ESPECTRO IMAGINÁRIO QUE RONDA O BRASIL

GREICE CAROLINE SILVA DE SOUZA

Porto Alegre, 2022

GREICE CAROLINE SILVA DE SOUZA

ANTICOMUNISMO: O ESPECTRO IMAGINÁRIO QUE RONDA O BRASIL

Dissertação de mestrado em Ciência Política, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro.

Porto Alegre, 2022

CIP - Catalogação na Publicação

Silva de Souza, Greice Caroline
Anticomunismo: o espectro imaginário que ronda o
Brasil / Greice Caroline Silva de Souza. -- 2022.
49 f.
Orientador: Henrique Carlos de Oliveira de Castro.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Anticomunismo. 2. Anticomunismo brasileiro. 3.
Brasil. 4. Imaginário anticomunista. I. Castro,
Henrique Carlos de Oliveira de, orient. II. Título.

GREICE CAROLINE SILVA DE SOUZA

ANTICOMUNISMO: O ESPECTRO IMAGINÁRIO QUE RONDA O BRASIL

Aprovada em Porto Alegre, maio de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro - Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Luis Gustavo Mello Grohmann
UFRGS

Profª. Dra. Sofia Isabel Vizcarra Castillo
UNISINOS

Profª. Dra. Ísis Oliveira Bastos Matos
UNIOESTE

Para os meus pais e avós, Jandira e Chaves

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar essa etapa tão importante, é indispensável reconhecer a importância das pessoas que acompanharam todo esse processo. Em primeiro lugar, agradeço à minha família; aos meus pais, Jandira e Chaves, pelo suporte e amor infindáveis mesmo que, por vezes, eu não seja merecedora de tanto; à irmã de coração, Kelly e às madrinhas Rosângela e Solange que moldaram quem sou hoje. Em especial, ao meu irmãozinho de coração e minha pessoa favorita no mundo, Nicolas, meu maior obrigado por ser minha maior companhia.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pelo ensino público e sempre de qualidade e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo financiamento à minha pesquisa.

À professora Sonia Ranincheski (in Memoriam), minha primeira e querida orientadora, que sempre acreditou e me incentivou a acreditar no meu potencial acadêmico. Este trabalho é fruto de seu legado.

Ao meu orientador, Henrique de Castro, que teve plena confiança na minha capacidade de autonomia durante toda a trajetória do mestrado e de seguir adiante com esse tema tão desafiador para mim. Aos professores Gustavo, Sofia e Ísis por avaliarem este trabalho e pela imensa contribuição em minha formação ao longo desses anos. A todos que fizeram e fazem parte do CESPRI, núcleo de pesquisa do qual participo desde 2017, minha formação não seria a mesma se não fossem pelas tantas oportunidades e trocas que tive no CESPRI.

Por último, mas jamais menos importante: a todos os amigos e amigas pelo infinito apoio. À Vitória, que desde o pré-vestibular me escuta, aconselha e diz “amiga, você está louca” quando necessário, meu muito obrigado por todo o apoio, conversas e conselhos (inclusive de saúde!). Aos amigos Lara e Stefano, minhas bochechas preferidas que, mesmo à distância, se fizeram presentes das mais diversas formas - através de ligações, memes, encontros esporádicos quando estamos na mesma cidade e muito, muito carinho. Aos autodenominados “trouxas”, Diego, Ila, Japeju, Júlia e Larissa, que estão comigo desde a graduação e, mesmo depois de tanto tempo, continuam sendo uma das minhas melhores fontes de apoio e boas risadas.

À Carol, com quem compartilhei muitas manhãs, tardes e noites de estudo e conversas; esse trabalho, definitivamente, não teria progredido tanto sem a nossa parceria de estudos e, sobretudo, nossa amizade, muito obrigado! À Jenni, que está sempre presente mesmo de

longe, por todo o apoio, incentivo e carinho nesse quase um ano de uma amizade que iniciou e cresceu por nossos vícios em bullet journal, muito obrigada por sempre estar aqui, me escutar e me fazer sentir orgulho do meu progresso com esse trabalho mesmo nos momentos em que mais me subestimo. À Gio, que apesar de ser colega de graduação se tornou muito mais próxima após o fim dela e sou muito grata por termos tido essa oportunidade de aproximação, obrigada por tudo (inclusive pela incansável revisão de português)!

À Nathaly que esteve presente em todas as etapas desse trabalho, escutando todas as crises relacionadas a ele e sendo extremamente compreensiva e paciente nesses momentos, mas, muito além disso, foi uma luz e uma das melhores companhias nos momentos mais turbulentos; muito, muito obrigada por tudo amiga! Também, às mais recentes amigadas e melhores surpresas de 2022, Andressa e Bárbara, por terem me acolhido tão bem; vocês três tornaram a etapa final da dissertação, definitivamente, mais leve e tranquila.

Aquelas que são muito mais do que colegas, mas amigas: Bianca, Débora, Giullia, Luana, Marielli e Maju. Vocês tornaram a jornada acadêmica e a etapa final da dissertação muito mais leve e prazerosa do que pensei que poderia ser, sou grata não somente pelas trocas acadêmicas mas por todo o companheirismo ao longo desses anos de academia, muito obrigada!

Foi impossível não se estender nessa parte, que considero tão importante em um trabalho como este, para reconhecer a importância de cada um que esteve presente durante minha trajetória acadêmica. Ressalto um ensinamento da Sonia e do Henrique que busco levar adiante: a ciência não deve ser uma atividade solitária, portanto, a conclusão dessa etapa se deve ao infindável apoio e carinho de todos vocês!

*O mundo é um sistema gigante
Nele, oposições, guerras ou sobrevivência são inseridos
Vida que você não pode rejeitar
O capitalismo injeta a morfina chamada "esperança" com sonhos como garantia*

*A riqueza gera riqueza e testa nossa ganância
Os ricos anseiam pela pobreza avidamente*

*No mundo, há apenas preto e branco
No infinito jogo de soma-zero, o fim vale a pena ser visto
Polarização, a flor mais vergonhosa do mundo*

Há muito tempo desde que a verdade foi consumida pelas mentiras

*Quem se beneficia mais?
Quem sofre mais danos?*

*Aquele que não está doente, em um mundo que está doente
É tratado como um mutante, isso não é estranho?*

*Aquele que tem seus olhos abertos em um mundo que tem seus olhos fechados,
agora o tornam cego, isso não é estranho?*

*Aquele que quer paz, aquele que quer luta
Cada um em um lado da ideologia, isso não é estranho?*

Strange - Agust D, RM.

RESUMO

A conjuntura política brasileira dos últimos anos ressaltou um fenômeno antigo: o anticomunismo. Embora não haja uma ameaça iminente de revolução socialista, o anticomunismo ainda é bastante expressivo na sociedade brasileira, portanto, o objetivo principal deste trabalho foi compreender a razão da existência do anticomunismo no Brasil durante o século XXI. Assim, foram delimitados os seguintes objetivos específicos: (i) compreender conceitos intrínsecos ao anticomunismo; (ii) entender e analisar o anticomunismo e o imaginário anticomunista brasileiros, dando atenção aos antigos e novos atributos do fenômeno; e (iii) explicar o porquê do anticomunismo brasileiro existir durante o século XXI. Este artigo também constitui um esforço de contribuição para o campo de estudos referentes ao anticomunismo, assim, a partir de uma extensa e crítica revisão da bibliografia, foram apresentados e discutidos conceitos relacionados aos objetivos definidos, quais sejam: (a) o conceito de comunismo, (b) o conceito de anticomunismo e imaginário anticomunista, (c) o conceito de ideologia, e (d) o conceito de inimigo. Ainda, utilizou-se da revisão crítica da bibliografia para compreender o histórico do anticomunismo brasileiro, bem como sua existência durante a atualidade para, por fim, responder à pergunta norteadora do artigo, qual seja: Por que o anticomunismo existe no Brasil durante o século XXI? A partir dessas discussões, compreendeu-se que o anticomunismo brasileiro existe durante a atualidade não para combater o comunismo inexistente senão em função de uma necessidade de determinados grupos políticos, econômicos e sociais de possuir uma ferramenta que sirva para preservar o *status quo* inalterado e, sobretudo, resguardar o sistema capitalista, fazendo isso por meio de um reforço da hegemonia de valores em favor do capitalismo.

Palavras-chave: Anticomunismo. Anticomunismo brasileiro. Imaginário anticomunista.

ABSTRACT

The Brazilian political conjecture from the last years has reinforced an old phenomenon, which is, anti-communism. Although there is no imminent threat of a socialist revolution, anti-communism still is quite expressive in Brazilian society, therefore, the main objective of this dissertation was to comprehend the reason for the existence of anti-communism in Brazil during the 21st century. Thus, the following specific objectives were defined: (i) to comprehend concepts related to anti-communism; (ii) to understand and analyze the Brazilian anti-communism and anti-communist imaginary, focusing on the phenomenon's old and new attributes; and (iii) to explain why Brazilian anti-communism exists in the 21st century. This article also constitutes an effort to contribute to the field of studies regarding anti-communism, thus, from a critical and extensive literature review, concepts related to the defined objectives were presented and discussed, which are: (a) the concept of communism, (b) the concept of anti-communism and anti-communist imaginary, (c) the concept of ideology, (d) the concept of enemy. In addition, a critical literature review was used in order to comprehend the history of Brazilian anti-communism, as well as its existence during the present in order to answer this article's guiding question, which is: Why does anti-communism exist in Brazil during the 21st century? From these discussions, it was understood that Brazilian anti-communism exists in the present not to fight the non-existent communism, but due to a need of certain political, economic, and social groups to have a tool that serves to preserve the status quo unchanged and, above all, to protect the capitalist system, doing this by reinforcing the hegemony of values in favor of capitalism.

Key-words: Anti-communism. Brazilian anti-communism. Anti-communist imaginary.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 CONCEITOS INTRÍNSECOS AO ANTICOMUNISMO	14
2.1 COMUNISMO.....	16
2.2 ANTICOMUNISMO	20
2.2.1 Imaginário Anticomunista	24
2.3 IDEOLOGIA.....	26
2.4 INIMIGO	28
3 O ANTICOMUNISMO BRASILEIRO: PANORAMA HISTÓRICO	30
3.1 O ANTICOMUNISMO BRASILEIRO NO SÉCULO XXI	34
4 CONCLUSÃO	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo constitui requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e tem como objetivo geral discutir o anticomunismo existente no Brasil durante o século XXI.

A conjuntura política brasileira dos últimos anos salientou um fenômeno antigo, mas resistente: o anticomunismo. Segundo tal fenômeno, o espectro do comunismo ainda ronda o Brasil; diante da existência de um espectro imaginário, cabe questionar-se por que o fenômeno anticomunista persiste no país durante o século XXI. Entende-se que não há uma ameaça iminente de revolução comunista atualmente, tampouco há qualquer registro de uma experiência comunista efetiva ao longo da história do país. Portanto, formulou-se o seguinte problema de pesquisa: Por que o anticomunismo ainda existe no Brasil, durante o século XXI? A fim de responder à pergunta norteadora deste artigo, foram traçados os objetivos específicos que seguem: (i) compreender conceitos intrínsecos ao anticomunismo; (ii) compreender e analisar o anticomunismo e o imaginário anticomunista brasileiros, dando atenção aos antigos e novos atributos do fenômeno; (iii) explicar a permanência do anticomunismo brasileiro durante o século XXI.

Trata-se, pois, de um fenômeno paradoxal: o anticomunismo encontra-se enraizado em uma sociedade na qual o comunismo inexistente. Assim, é de suma importância buscar compreender a permanência do fenômeno anticomunista e o que ele combate em uma sociedade na qual o comunismo é inexpressivo. Portanto, por meio deste artigo, buscar-se-á contribuir com o campo de estudos referente à temática do anticomunismo, a fim de aprofundar o entendimento sobre o anticomunismo brasileiro.

Para tanto, propõe-se um modelo analítico no qual utiliza-se inteiramente de uma metodologia qualitativa. O referido modelo analítico consiste, essencialmente, na proposição de se utilizar, em primeiro lugar, de uma operacionalização de alguns dos conceitos que estão relacionados ao assunto específico, neste caso o anticomunismo - entende-se que a operacionalização de todos os conceitos relacionados ao anticomunismo seria demasiado exaustiva, portanto, busca-se somente trabalhar com aqueles considerados mais relevantes para o escopo do presente artigo. Assim, como mencionado anteriormente, busca-se compreender conceitos como o próprio anticomunismo, o comunismo - sujeito da oposição do

anticomunismo e demais conceitos que servem para compreender a ação e o pensamento comunistas, como o de ideologia e o de inimigo. Dado este primeiro passo, é relevante fazer um esforço no sentido de entender se tais conceitos se aplicam a realidade e também analisar em uma próxima etapa o momento atual do fenômeno, observando o que se manteve e o que se alterou ao longo do tempo desde os primórdios do movimento anticomunista brasileiro.

Dessa forma, o caminho metodológico utilizado no presente artigo relaciona-se aos objetivos específicos anteriormente mencionados e baseia-se no modelo analítico proposto. Portanto, a partir de uma extensa e crítica revisão da bibliografia, serão apresentados e discutidos nas próximas seções: (a) o conceito de comunismo, (b) o conceito de anticomunismo e imaginário anticomunista, (c) o conceito de ideologia, e (d) o conceito de inimigo. A revisão crítica da bibliografia também será útil para analisar o histórico do anticomunismo brasileiro, desde seu surgimento até os tempos atuais, de modo que se possa compreender como este fenômeno surge, se mantém e se transforma; utilizar-se-á, também, de materiais jornalísticos a respeito dos principais acontecimentos destacados neste trabalho, tais como as manifestações de 1964 e 2015, o processo de *impeachment* que se sucedeu em 2016 e as eleições de 2018. Faz-se isso para que se possa resgatar os registros de alguns elementos passados do anticomunismo que ainda se fazem presentes na atualidade.

Marx e Engels (1848) deixaram em evidência no Manifesto do Partido Comunista que existia um anticomunismo em ascensão juntamente ao comunismo. Conforme Engels (1847), o comunismo nada mais é do que a doutrina que visa, sobretudo, a liberação do proletariado, ou seja, busca acabar com a exploração da classe trabalhadora mediante a extinção da luta de classes e a derrocada do capitalismo. Portanto, entende-se que o anticomunismo é uma contraposição ao comunismo, mas, mais do que isso, ele enxerga o comunismo como uma ameaça ao sistema capitalista vigente.

Sabe-se que o comunismo não se trata de um sistema homogêneo, sendo capaz de existir mais de um tipo de comunismo. Entretanto, em virtude da síntese e por uma escolha metodológica, centralizar-se-á a análise inicial no comunismo soviético, dado que este fenômeno é o que incita a cristalização do anticomunismo brasileiro que vê no comunismo da União Soviética seu principal inimigo. Isso porque, na prática, foi a partir da Revolução de Outubro de 1917, a qual estabelece a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que se tem um sistema comunista efetivamente vigente.

Assim, no momento em que o comunismo passa de um “espectro” para sua existência concreta, o anticomunismo consolida-se. Algumas definições colocam o anticomunismo como uma oposição sistemática ao comunismo (RODEGHERO, 2002; MOTTA, 2000) ou, de forma complementar, como um fenômeno complexo que é, simultaneamente, ideológico e político (BONET, 1998). Há, também, o reconhecimento de que o anticomunismo se expressa e é praticado através de representações e ações ou em representações e práticas diversas, se colocando em outras palavras (MOTTA, 2000; RODEGHERO, 2002). Entretanto, sua explicação não se reduz a somente uma oposição ao comunismo. Na verdade, o anticomunismo é explicável a partir das diferentes realidades em que está inserido (RODEGHERO, 2002), do momento histórico, da condição de cada um dos países, origens, ideais e políticas (BONET, 1998), em suma, é um fenômeno tão heterogêneo que flui do espectro da direita à esquerda (MOTTA, 2000). Ao fim e ao cabo, mesmo não se reduzindo somente a uma oposição, é um movimento diverso que converge na rejeição ao comunismo.

Na prática, o anticomunismo brasileiro atua como um instrumento na tentativa de construção de valores¹ hegemônicos que, em última instância, têm como objetivo a defesa do sistema capitalista vigente. Conforme a visão gramsciana, a luta pela hegemonia² é uma luta de ideologias (GRAMSCI, 1977; LIGUORI; VOZA, 2017); a ideologia, pois, pode ser entendida enquanto um sistema de ideias e representações (ALTHUSSER, 1980), uma falsa consciência a respeito da realidade (MARX; ENGELS, 1846; STOPPINO, 1998) ou, também, como um sistema aleatório de crenças e pensamentos (ILKOWSKI, 2021). Ainda, pode-se compreendê-la enquanto um conjunto de atitudes e valores compartilhados por um grupo social (De WITTE, 2004) ou uma visão de mundo que orienta a organização das massas, culminando na ação política (GRAMSCI, 2011). Desse modo, a ideologia orienta o que vem a ser chamado de imaginário anticomunista. O imaginário anticomunista nada mais é do que um conjunto de imagens e representações utilizado para representar o fenômeno do comunismo, assim, é composto por essas diferentes percepções, valores e imagens que os indivíduos atribuem ao comunismo.

¹Ver SMITH, 2004.

²A hegemonia, conforme viés gramsciano, se constitui na tradução política do papel que as classes dominantes da sociedade civil exercem na formação de consensos (PEDREIRA FILHO, 1977). Essa hegemonia é exercida de duas maneiras: pela “direção” ou pelo “domínio”, ou seja, determinada classe pode ser hegemônica de dois modos: sendo dirigente das classes aliadas e sendo dominante das classes adversárias, assim conclui Gramsci: “uma classe desde antes de chegar ao poder pode ser ‘dirigente’ (e deve sê-lo): quando está no poder torna-se dominante, mas continua sendo também ‘dirigente’” (GRAMSCI, 1977 *apud* LIGUORI; VOZA, 2017, p. 722).

Dessa maneira, a revisão crítica da bibliografia serve mais do que para elucidar conceitos e explicar acontecimentos. Servirá para realizar um diálogo com os argumentos dos autores a respeito do anticomunismo, analisando os elementos cruciais que explicam o anticomunismo do século XX e compará-lo com o anticomunismo do século XXI, a fim de alcançar o objetivo último deste trabalho, que é realizar uma contribuição no campo de estudos a respeito do anticomunismo brasileiro, no sentido de explicar o porquê da existência do anticomunismo brasileiro durante o século XXI.

Assim, a partir de todos os pontos mencionados e que serão analisados no presente artigo, buscar-se-á compreender a persistência do anticomunismo brasileiro e o que ele combate de fato. Para isto, partiu-se da premissa de que o anticomunismo brasileiro se transformou ao longo do tempo, indo além do combate ao comunismo propriamente dito e buscando, acima de tudo, combater tudo aquilo que constitui uma ameaça aos valores e princípios do movimento anticomunista, em especial, todos aqueles valores, ideais, partidos ou até mesmo figuras políticas que estejam minimamente alinhados à pautas progressistas.

Ou seja, a resposta *a priori* para o problema de pesquisa deste trabalho é a de que o anticomunismo ainda existe no Brasil do século XXI porque o movimento anticomunista construiu, em torno do comunismo, uma imagem do inimigo, a qual acabou por adaptar-se às novas circunstâncias da conjuntura brasileira atual. De tal modo, entende-se que os anticomunistas colocam no “outro”, isto é, nos grupos que não compartilham de seus ideais, tudo aquilo que há de ruim, centralizando aí a figura do inimigo.

Esta resposta provisória ao problema de pesquisa, vale destacar, parte de um arcabouço teórico. Fundamenta-se sobre a tese de Carl Schmitt (1932) a respeito dos conceitos de amigo e inimigo. Schmitt, ao buscar sistematizar o Conceito do Político, entende que só é possível determinar uma definição do político a partir da identificação e verificação das categorias especificamente políticas. Uma destas categorias especificamente políticas seria a diferenciação entre amigo e inimigo, uma diferenciação que pode ser relacionada às ações e aos motivos políticos. Essa antítese do amigo e inimigo não diz respeito à moralidade, isto é, o inimigo político não necessariamente é moralmente mau, na verdade, o inimigo “é precisamente o outro, o desconhecido e, para sua essência, basta que ele seja, em um sentido, especialmente intenso, existencialmente algo diferente e desconhecido” (SCHMITT, 2008, p. 28).

Portanto, a estrutura do artigo se dá da seguinte forma: além da introdução e conclusão, haverá duas seções. A primeira seção busca trazer a discussão conceitual referente aos conceitos que estão relacionados ao anticomunismo, utilizando-se das teorias e literatura especializada. A segunda seção buscará analisar o anticomunismo brasileiro, observando os aspectos deste fenômeno no momento em que surgiu e na atualidade. Por fim, a conclusão buscará trazer as respostas ao problema de pesquisa, tratando da permanência do anticomunismo brasileiro e buscando explicar porque é que este anticomunismo existe e é tão forte no Brasil durante o século XXI, baseando-se nas análises realizadas nas seções anteriores. Por fim, uma vez que busca-se contribuir com o arcabouço teórico referente ao fenômeno do anticomunismo brasileiro, este trabalho não conta com uma análise empírica. No entanto, considera-se que uma análise empírica seria extremamente oportuna em estudos futuros para complementar a compreensão deste fenômeno que ronda os cenários político e social brasileiros.

2 CONCEITOS INTRÍNSECOS AO ANTICOMUNISMO

O anticomunismo, muito presente na sociedade brasileira durante a atualidade, não é fenômeno recente. Na verdade, trata-se de um fenômeno cujos ideais já podiam ser observados a partir do século XIX, com a própria obra de Marx e Engels (1848), o Manifesto do Partido Comunista, que começa com a característica frase “um fantasma ronda a Europa: o fantasma do comunismo” (2008, p. 9) e alega que as forças da velha Europa se uniriam em uma cruzada para perseguir tal fantasma, respondendo também às acusações feitas ao comunismo e aos comunistas (MOTTA, 2018; SANTOS, 2019).

Essa única passagem do Manifesto evidencia a existência de uma intensa oposição ao que surge junto ao próprio comunismo. No entanto, o anticomunismo encontra sua força propulsora e um maior alcance em nível global somente a partir da Revolução de Outubro de 1917, revolução esta que culmina com a criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e, assim, o anticomunismo acaba adquirindo bases mais profundas (MOTTA, 2018). Tal Revolução, considerada evento primordial para o estabelecimento efetivo do comunismo, repercutiu globalmente e ocasionou consequências globais profundas e duradouras sem precedentes. Foi desse modo que, durante grande parte do que Eric Hobsbawm denominou o Breve Século XX (1914-1991), “o comunismo soviético

proclamou-se um sistema alternativo e superior ao capitalismo, e destinado pela história a triunfar sobre ele” (1995, p. 63), sendo capaz de inspirar não somente revolucionários, como também revoluções. Pode-se dizer, portanto, que esta Revolução funcionou como um catalisador da ascensão de um temor ao redor de todo o globo em relação ao que se passou a chamar de “perigo vermelho”, isto é, o comunismo. Isso porque a influência da Revolução Bolchevique tomava proporções cada vez maiores, incentivando a crença de que seria possível alcançar o socialismo em outros países (PIRES; PAGOTO, 2020).

Dado o contexto da Guerra Fria, o anticomunismo se intensificou mais ainda, tendo os Estados Unidos à frente da luta contra o comunismo, atuando, segundo Motta como “a principal fortaleza anticomunista” (2000, p. 6). De fato, uma das primeiras respostas à ascensão do comunismo soviético foram os Catorze Pontos (1918) do então presidente estadunidense, Woodrow Wilson; fundamentados no nacionalismo, os Catorze Pontos pregavam a formação de uma espécie de “cinturão de quarentena contra o **vírus vermelho**” (HOBSBAWM, 1995, p. 73, grifo nosso). É dessa maneira que começa a se expressar e fortalecer o anticomunismo: como uma aversão, ou em outras palavras, uma reação imediata ao comunismo e a tudo que este abrange, chegando a atribuí-lo significados negativos, tais como o de um “vírus” que deve ser erradicado – esses significados, como se verá posteriormente, tratam-se de representações criadas pelos anticomunistas acerca do comunismo.

Destarte, no contexto global, a Revolução de Outubro funcionou como catalisador da ascensão do anticomunismo, contribuindo para que a chama anticomunista se acendesse em diversos lugares do globo. No contexto brasileiro é o Levante da Aliança Nacional Libertadora (ANL) que faz com que a chama já acesa do anticomunismo brasileiro se fortaleça. Ou seja, a partir da Revolução Bolchevique, o anticomunismo brasileiro passa a enxergar o comunismo soviético como uma ameaça profunda ao *status quo* da sociedade brasileira (SODRÉ, 1986), mas a partir da década de 1930 com o Levante da ANL, o anticomunismo brasileiro atinge seu ápice, enxergando a ameaça, antes estrangeira, como real e iminente no seu território.

Contudo, muito embora a ameaça de uma revolução comunista tenha sido real na década de 1930 no Brasil, a revolução não se sucedeu, e inclusive acabou por ser uma tentativa desastrosa (HOBSBAWM, 1995), passando a ser pejorativamente denominada “Intentona Comunista”. Portanto, não há qualquer registro de uma experiência comunista

efetiva em toda a história do país até os dias atuais, tampouco há uma ameaça iminente de revolução comunista atualmente, mas, mesmo assim, o movimento anticomunista perdurou e ainda é consideravelmente expressivo na atualidade.

Sendo assim, visto o longo período em que o anticomunismo persiste no país sem que haja uma possibilidade real de revolução comunista, é mais do que relevante perguntar por que o anticomunismo existe no Brasil durante o século XXI e, mais do que isso, buscar compreender o que é este movimento, quais são suas características antigas e permanentes e, ainda, quais são os novos atributos desse fenômeno brasileiro atualmente. Para isto, é igualmente relevante e necessário compreender os demais conceitos intrinsecamente ligados ao anticomunismo, tais como: (i) o comunismo, (ii) o imaginário e o imaginário anticomunista, (iii) o conceito de ideologia, e (iv) o conceito de inimigo. Esta seção, portanto, tenta explicar e sintetizar tais conceitos para construir uma base conceitual sólida que permita uma análise mais aprofundada acerca do anticomunismo brasileiro na seção posterior.

2.1 COMUNISMO

Na busca por compreender o anticomunismo, torna-se mais do que necessário compreender, em primeiro lugar, o objeto ao qual o anticomunismo se opõe. Conforme Engels (1847), “o comunismo é a doutrina das condições da liberação do proletariado” (p. 1, tradução nossa), ou seja, busca acabar com a exploração do proletariado mediante a extinção da luta de classes (SAMWAYS, 2018). Portanto, o comunismo trata-se de uma doutrina político-econômica que visa a substituição da propriedade privada e da economia baseada no lucro por uma propriedade pública, bem como pela propriedade comum dos meios de produção e, sobretudo, o assolamento da divisão de classes (DAGGER; BALL, 2019; MARX; ENGELS, 1848).

As primeiras formulações dos ideais comunistas são comumente remetidas a Platão, pensador da Antiguidade. Isto porque, em *A República*, numa tentativa de traçar um modelo ideal de Estado, Platão propõe que a classe governante de guardiães do Estado deve dedicar-se inteiramente à comunidade e aos seus interesses. Com isto, implica que é necessário suprimir a propriedade privada a fim de acabar com qualquer conflito entre o interesse privado e o Estado, bem como suprimir a família, a fim de evitar que os afetos influenciem na devoção para o bem público (DAGGER; BALL, 2019; BEDESCHI, 1998).

Contudo, os ideais comunistas da República de Platão se mostram de alguma maneira seletivos ou excludentes, isto porque a obra não abrange a totalidade do povo quando considera a formulação de um modelo ideal de cidade, levando em consideração somente a parte da população que consiste nas classes superiores ou nos dirigentes de Estado, enquanto às classes inferiores cabe a organização econômica e familiar tradicional. Nesse contexto, a emancipação dessas classes não é uma possibilidade questionada, na verdade, “(...) a elas não somente incumbe a obrigação de fornecer às classes superiores os meios de subsistência, mas são colocadas perante estas últimas numa relação de rigorosa dependência” (BEDESCHI, 1998, p. 204).

Se no modelo platônico não se considerava a comunidade como um todo, com a civilização cristã aparecem os primeiros ideais comunistas que consideram a população em sua totalidade, tendo em vista os princípios pregados pelos cristãos, tais como a aversão à riqueza por ser má em si, por exemplo. Desse modo, o comunismo seria “tanto uma forma de solidariedade, quanto uma forma de renunciar às posses mundanas” (DAGGER; BALL, 2019, p. 2). Essas duas bases – solidariedade e renúncia às posses mundanas – incentivam a formação de ordens monásticas, nas quais os monges³ fazem votos de pobreza e buscam compartilhar os poucos bens que possuem, incentivando também a formação das chamadas utopias comunistas, encabeçadas por Thomas More e, posteriormente levadas adiante por Tommaso Campanella (DAGGER; BALL, 2019; BEDESCHI, 1998).

Em Utopia (1516), Thomas More (1478-1535) idealiza uma sociedade na qual o dinheiro foi abolido e todos os bens – alimentos, moradia, entre outros – são bens comuns, ou seja, divididos entre a comunidade. Tommaso Campanella (1568-1639), em Cidade do Sol (1623), indica que uma regulação racional do trabalho e uma produção orientada às necessidades da comunidade geraria bens em abundância para a dada sociedade. Além disso, tal qual Platão, Campanella prevê a abolição da família, enxergando esta como o único meio de abolir a propriedade privada (DAGGER; BALL, 2019; BEDESCHI, 1998).

Entretanto, o comunismo que se conhece durante a atualidade surgiu após a I Revolução Industrial⁴, ocorrida no final do século XVIII e início do século XIX.

³Isto é, aqueles que se formam nas ordens monásticas e dela são membros.

⁴A I Revolução Industrial inicia-se na Inglaterra e é marcada pela introdução das máquinas à vapor e o surgimento das indústrias, de modo que as mercadorias são produzidas em abundância através da mecanização da produção; em última instância, a I Revolução Industrial significa o alastramento do sistema capitalista para todo o globo, produzindo riquezas, por um lado e reforçando desigualdades por outro (FOSSAERT, 1996).

Essa revolução que alcançou grandes ganhos de produtividade econômica às custas de uma classe trabalhadora cada vez mais miserável, encorajou Marx a pensar que as lutas de classes que dominaram a história estavam levando, inevitavelmente, à uma sociedade na qual a prosperidade seria compartilhada por todos através da propriedade comum dos meios de produção (DAGGER; BALL, 2019, p. 3).

Dessa maneira, o pensamento e ideais comunistas são cristalizados com a publicação do Manifesto do Partido Comunista⁵ por Karl Marx e Friedrich Engels, em 1848. A ideia fundamental sobre a qual o Manifesto se baseia, conforme Friedrich Engels escreve no Prefácio à Edição Alemã do Manifesto, de 1883, é a de que “a produção econômica e a estrutura social que ela se deriva necessariamente em cada época histórica, constituem a base sobre a qual descansa a história política e intelectual de cada época” (ENGELS, 1983, p. 74). Por conseguinte, Marx e Engels sustentam que a história de todas as sociedades é uma história de lutas de classe, como se vê novamente no prefácio escrito por Engels:

(...) toda a história (desde a dissolução do regime primitivo de propriedade comum da terra) tem sido uma história de luta de classes, da luta entre classes exploradoras e exploradas, dominantes e dominadas, nas diferentes fases do desenvolvimento social; e que agora a luta chegou na fase em que a classe explorada e oprimida (o proletariado) já não pode mais se emancipar sem emancipar, ao mesmo tempo e para sempre, a sociedade inteira da exploração, da opressão e das lutas de classes (ENGELS, 1883, p. 74).

Ou seja, em todas as fases da história houve uma contraposição entre as classes existentes, que sempre culminou ou na transformação revolucionária da sociedade ou no declínio das classes envolvidas. Em outras palavras, quer dizer que toda a sociedade é marcada por um antagonismo entre duas grandes classes ou campos inimigos que estão diretamente opostos: a burguesia e o proletariado, ou ainda, as classes dominantes e as classes dominadas (MARX; ENGELS, 1848).

O movimento proletário está muito longe de ser um movimento em prol das minorias, é, na verdade, um movimento autônomo da imensa maioria em prol do interesse da imensa

⁵O Manifesto foi redigido como o programa da Liga dos Comunistas (1847-1852), associação proletária internacional que não poderia existir senão de maneira secreta dadas as condições da época (MARX; ENGELS, 1848).

maioria. Nesse sentido, Marx e Engels colocam que “a luta do proletariado contra a burguesia – não pelo seu conteúdo, mas pela forma – é em primeira instância nacional. O proletariado de cada país tem que derrotar, antes de tudo, sua própria burguesia” (1848, p. 29). Ainda, o proletariado deve concentrar-se na destruição de tudo aquilo que assegurava a propriedade privada existente, assim, a luta proletária deve começar por trabalhadores isolados, alcançando em seguida trabalhadores de uma mesma fábrica e, logo, por trabalhadores de uma mesma função e localidade, contra o burguês individual, e, nesse ínterim, formar uma massa disseminada por todo o país e desintegrada pela competição (MARX; ENGELS, 1848).

Assim, os comunistas não se diferenciam totalmente do proletariado, não se trata, portanto, de partidos totalmente diferentes, tampouco de interesses ou princípios distintos. Na verdade, os comunistas buscam atender aos interesses de todo o proletariado em todas as lutas nacionais dos proletários, desconsiderando nacionalidades, além de defenderem os interesses do conjunto do movimento. Destarte, os comunistas são “na prática, a parcela mais decidida e mais avançada dos partidos operários de cada país; eles compreendem teoricamente, adiante da massa de proletários, as condições, a evolução e os resultados mais gerais do movimento proletário” (MARX; ENGELS, 1848, p. 32).

Ou seja, os comunistas não buscam a separação dos trabalhadores, senão ser o elemento impulsionador dos partidos trabalhistas dos países. Além disso, o objetivo dos comunistas está alinhado ao do proletariado, isto é, ambos visam a ascensão do proletariado como classe, a derrocada do domínio burguês e a conquista do poder político por parte dos proletários (MARX; ENGELS, 1848).

No que se refere à supressão da propriedade privada, esta é um dos fundamentos do comunismo, entretanto, não se trata da abolição de relações de propriedade comuns e, novamente, não se trata das propriedades de burgueses médios ou pequenos proprietários, uma vez que estas propriedades são abolidas pelo próprio capitalismo. Trata-se, portanto, da propriedade burguesa, esta “constitui a última e mais complexa expressão do modo de produção e apropriação baseado em antagonismos de classes, na exploração de uma classe por outra” (MARX; ENGELS, 1848, p. 69). Isto é, a questão crucial neste caso não é suprimir a propriedade privada, os produtos sociais, mas sim o poder de subjugar o trabalho de outrem.

Dessa forma, conforme visto, o comunismo visa a supressão da propriedade privada, a extinção da divisão de classes e a ascensão do proletariado enquanto classe de modo que se estabeleça uma sociedade na qual haja uma propriedade comum dos meios de produção. Tais

ideais, em especial a obra de Marx e Engels (1848), foram motivadores da Revolução Bolchevique (1917). A Revolução, também ocasionada pela crise do liberalismo, foi especialmente impulsionada pela crescente esperança entre os revolucionários que tornava os ideais comunistas ainda mais fortes.

Uma vez que “a derrocada do capitalismo só aconteceria mediante a revolução proletária, ou revoluções proletárias que conquistem o poder político em escala mundial e estabeleçam a ditadura revolucionária da classe proletária” (PIRES; PAGOTO, 2020, p.91), o antagonismo entre capitalismo e comunismo torna-se cada vez mais expressivo. Esse antagonismo situado no Sistema Internacional cristaliza-se como a Guerra Fria⁶ que, por sua vez, pôs em voga também o anticomunismo, haja vista as iniciativas tomadas logo em seguida ao estabelecimento do comunismo na URSS, como as dos Estados Unidos, principal ator na luta anticomunista. É dessa forma que o anticomunismo se intensifica, levado tanto pela força do comunismo no cenário global, quanto pela insegurança e medo em relação a esta crescente força.

2.2 ANTICOMUNISMO

Considerando-se a definição de comunismo, é natural que se compreenda o anticomunismo como essencialmente uma contraposição ao comunismo. Se o comunismo tem como fim principal a derrocada do sistema capitalista, é evidente que para aqueles que defendem o capitalismo é necessário, acima de tudo, impedir a ampliação do comunismo (SODRÉ, 1986).

Pode-se, assim, definir o anticomunismo como uma postura de oposição, de rejeição ou de contrariedade ao comunismo e a tudo que ele abrange. Entretanto, definir o anticomunismo somente como uma oposição ao comunismo seria um tanto quanto reducionista, portanto, torna-se necessário compreender mais a fundo como se forma o anticomunismo.

Entende-se que o movimento anticomunista surge desde que existe comunismo (CASTRO, 2020), uma vez que no próprio Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels (1848) não somente mencionam que as forças de toda a Europa buscam combater o “fantasma

⁶Com o fim da Segunda Guerra Mundial, é deflagrada a Guerra Fria, uma guerra essencialmente ideológica que contrapunha os blocos capitalista e socialista representados, respectivamente por Estados Unidos e União Soviética.

do comunismo”, como também buscam, por meio da obra, rebater às críticas que surgem em relação aos princípios comunistas. É, no entanto, a partir da Revolução de Outubro de 1917 que o anticomunismo cresce com força imprescindível, isto porque

Após a Revolução de Outubro, o comunismo entrou na cena mundial não só como um movimento organizado e difuso, senão também como uma alternativa política real em relação aos regimes tradicionais. Por isso, o anticomunismo assumiu necessariamente valores bem mais profundos que o de uma simples oposição de princípios, contida, não obstante, na dialética política normal, tanto interna, como internacional (BONET, 1998, p. 34).

Isso quer dizer que o comunismo tornou-se uma possibilidade concreta, projetando-se em nível mundial com incomparável força política e uma crescente influência de seus ideais. Em contrapartida a isto, o anticomunismo surge de modo espontâneo, tornando-se uma força política de enorme relevância e influência no mundo, encabeçando a estratégia ocidental contra o comunismo, em especial o soviético (SAMWAYS, 2018).

Surge, pois, como um movimento organizado em decorrência do medo e da insegurança em relação ao que o comunismo poderia significar de fato e visando, sobretudo, conter a escalada revolucionária. Assim, o anticomunismo pode ser definido como uma ideia política, um movimento político ou, ainda, pode ser considerado como um regime político realmente existente (ILKOWSKI, 2021). Entretanto, do mesmo modo que não se fala de um comunismo singular, senão uma variedade deste, também entende-se que o anticomunismo pode tratar-se de um movimento diverso e plural.

Portanto, o anticomunismo surge como uma oposição à ideologia e aos objetivos do comunismo e ganha força à medida que este passa de um simples “espectro” que rondava a Europa para uma alternativa política concreta aos regimes tradicionais (MOTTA, 2000). Contudo, conforme Luciano Bonet no Dicionário de Política de Norberto Bobbio *et al* (1998), o anticomunismo, muito além de uma simples oposição de princípios, é “um fenômeno complexo, ideológico e político ao mesmo tempo, explicável, além disso à luz do momento histórico, das condições de cada um dos países e das diversas origens ideais e políticas em que se inspira” (1998, p. 34). Trata-se de uma postura de oposição sistemática ao comunismo ou àquilo que a ele é identificado, mas uma oposição adaptável e que se manifesta de maneira diversa – seja por representações ou outras práticas (RODEGHERO, 2002).

Assim, visto que o anticomunismo trata-se de um movimento que tem como objetivo maior a derrocada permanente do comunismo, os anticomunistas, portanto, são aqueles que lutam a favor desta derrocada, são os indivíduos ou grupos de indivíduos cujos princípios se opõem ferrenhamente ao comunismo e aos comunistas. Nas palavras de Santos (2019), “os indivíduos ou grupos anticomunistas seriam aqueles que mantêm uma recusa militante aos ideais ou projetos comunistas, ou associados ao comunismo” (2019, p. 11). Há que se considerar, também, que o movimento não é universalmente homogêneo. Isso quer dizer que o movimento não consiste nos mesmos valores, ideais e objetivos em todo o mundo, na realidade, o anticomunismo é comumente tratado como um fenômeno da direita, até mesmo pelos comunistas, conforme Bonet:

Na tradição da III Internacional, dado que os interesses orgânicos do proletariado e das classes progressivas se identificam estreitamente com a linha dos partidos comunistas, a oposição é automaticamente definida como oposição àqueles interesses, assumindo, como tal, aos olhos dos comunistas, um inequívoco valor "de direita" (1998, p. 34).

Na verdade, o anticomunismo anteriormente vinculado à ideologia de extrema direita, deixou de se limitar à esta esfera ideológica a partir da Guerra Fria, tornando-se “um dos principais pilares ideológicos que interligavam as medidas contra-subversivas (...) destinadas à defender as estruturas de poder nas sociedades ocidentais (...)” (ILKOWSKI, 2021, p. 6).

Portanto, o anticomunismo não é, necessariamente, um movimento exclusivo de direita, na verdade, pode variar entre grupos de direita e esquerda (MOTTA, 2000). Assim, a bandeira do anticomunismo é carregada por grupos de todos os espectros políticos, desde os grupos militares, fascistas, liberais aos esquerdistas (SANTOS, 2019). De fato, Bonet (1998) também argumenta que o anticomunismo pode ter bases diversas, sejam elas fascistas, clericais ou reacionárias.

Dessa forma, o anticomunismo constitui-se em um movimento plural e bastante diverso no que concerne às suas bases de formação. Contudo, ao fim e ao cabo, o anticomunismo consiste na rejeição e na total oposição ao comunismo e aos comunistas, isso porque, mesmo que os grupos anticomunistas nem sempre estejam em comunhão acerca de alguns aspectos, é certo que sempre acabarão por cooperar no momento em que a chamada “ameaça comunista” se fizer presente.

A luta anticomunista, destarte, centraliza-se em uma atitude de recusa militante ao projeto comunista, de modo que os anticomunistas dedicam-se ao combate ao comunismo a partir de duas frentes: as representações e as ações como aponta Motta (2000) ou, em outras palavras, os discursos e as práticas diversas, como coloca Rodeghero (2002).

As representações e ações compõem as duas dimensões complementares do anticomunismo (MOTTA, 2000). As representações consistem no conjunto de ideias ou doutrinas no imaginário. Ou seja, entende-se por representações o “processo de construção de ideias ou imagens através do qual os homens interpretam e conferem sentido à realidade” (MOTTA, 2000, p. 11). As ações, por outro lado, expressam-se por meio da organização de movimentos anticomunistas, na perseguição aos comunistas, bem como na manipulação oportunista do anticomunismo (MOTTA, 2000). Entretanto, as definições de representações e ações não devem ser consideradas definições dicotômicas, mas interdependentes, isso porque

(...) representações são construídas mediante um processo ativo que envolve militância, divulgação e propaganda e, ademais, frequentemente têm correspondência com interesses sociais; e as ações e práticas sofrem influência (não passiva) das representações, que muitas vezes moldam os comportamentos dos grupos sociais (MOTTA, 2000, p. 11).

Entende-se, com isso, que existe um processo de influência mútua entre as representações e ações, em que uma impulsiona a existência da outra. A definição de Carla Rodeghero (2002) vai ao encontro dessa ideia quando argumenta que o anticomunismo pode ser entendido como um conjunto de atividades realizadas por grupos diversos que se orientam pelo imaginário anticomunista⁷, que, por sua vez, trata-se de um conjunto de representações da realidade. Tais atividades envolvem práticas diversas, tais como propaganda, estratégias educacionais, pregações religiosas, manifestações públicas, entre outras.

Essas representações a respeito do comunismo apresentam, conforme Motta (2000), uma tendência à regularidade, ou melhor, à persistência, ao longo do tempo, de imagens, ideias e mitos que representam o comunismo. E grande parte dessas imagens, ideias e mitos atribuídos ao objeto do comunismo são provenientes de três matrizes básicas, quais sejam: o cristianismo (em particular, o catolicismo), o nacionalismo e o liberalismo. Assim, o anticomunismo se encontra assentado sobre uma variedade de discursos e setores sociais; os

⁷ Ver 2.2.1

primeiros, sendo os discursos católico, nacionalista e liberal e os segundos, sendo as igrejas, as Forças Armadas e a imprensa (MOTTA, 2000).

O conteúdo do pensamento e representações que compõem o anticomunismo serão explicitados na subseção a seguir, que tratará do imaginário anticomunista.

2.2.1 Imaginário Anticomunista

O anticomunismo produz um imaginário próprio: o imaginário anticomunista (MOTTA, 2000; RODEGHERO, 2002; DUTRA, 2012). Entretanto, antes de buscar uma explicação para o imaginário anticomunista, precisa-se compreender o que é o imaginário e no que ele consiste; conforme Teixeira Coelho, o imaginário consiste em um “conjunto de imagens e relações de imagens produzidas pelo homem” (1997, p. 212). Esse conjunto de imagens ou relações de imagens é produzido a partir de duas formas: “(...) de um lado, de formas tanto quanto possível universais e invariantes – e que derivam de sua inserção física, comportamental, no mundo – e, de outro, de formas geradas em contextos particulares historicamente determináveis” (COELHO, 1997, p. 212). E, ainda:

Esses dois eixos não correm paralelos mas convergem para um ponto em comum onde se dá a articulação entre um e outro e a mútua determinação de um pelo outro. Se fosse possível separá-los nitidamente, o primeiro eixo se apresentaria como responsável pelo efeito de mundo e o segundo, pelo efeito de discurso ou de representação desse mundo em que o ser humano está mergulhado (COELHO, 1997, p. 212).

A definição de Rodrigo Motta vai na mesma linha de Teixeira Coelho. Conforme o autor, o imaginário consiste num “conjunto de imagens e relações de imagens produzidas pelos homens acerca de determinados aspectos da vida social” (MOTTA, 2000, p. 71). Do mesmo modo, Carla Rodeghero (2000, p. 464) define o imaginário anticomunista como um “conjunto de representações” acerca do comunismo, que guiam atividades tais como a organização de manifestações, controle policial, dentre outras. Em suma, o imaginário anticomunista concede representações e significações das mais variadas ao comunismo e aos comunistas (DUTRA, 2012).

Sendo assim, o anticomunismo, naturalmente, consiste em um conjunto de imagens que representam os comunistas e o comunismo, ou seja, é a maneira como os anticomunistas representam o fenômeno do comunismo ao qual se opõem. Entretanto, vai além disso: uma vez que o anticomunismo concentra-se na rejeição sistemática ao comunismo, o imaginário anticomunista, portanto, está concentrado nos aspectos negativos do comunismo, seus ideais e a tudo que a ele está relacionado (RODEGHERO, 2002; MOTTA, 2000; DUTRA, 2012).

De tal modo, o imaginário anticomunista é composto por representações exclusivamente negativas a respeito do comunismo. É comum que essas representações associem o comunismo à imagem do mal absoluto (MOTTA, 2000) e, de igual forma, apontam os comunistas como seres maléficos (SAMWAYS, 2018).

O conteúdo do discurso é marcado, por um lado, pelas imagens utilizadas para caracterizar o comunismo e, por outro lado, às questões que constroem a identidade dos anticomunistas enquanto opositores ao comunismo. Entre as imagens que caracterizam o comunismo segundo os anticomunistas, ou seja, as representações, tem-se: (i) a demonização do comunismo, (ii) como agentes patológicos, e (iii) como ameaça estrangeira. Assim, estes discursos permitem identificar como o comunismo é representado por estes grupos e como estes encaram o perigo comunista, mas, além disso, permitem a compreensão da maneira como estes grupos se utilizam do chamado “perigo vermelho” para construir sua própria identidade, isto é, adquirir legitimidade (MOTTA, 2000; RODEGHERO, 2002).

De tal modo, fica evidente o oportunismo de determinados setores sociais ao construírem seus discursos sobre o pretexto da ameaça comunista, um mal que deve ser enfrentado pela sociedade. Sobrepõe-se, pois, esse caráter oportunista do anticomunismo em detrimento de outras motivações, tais como a de determinados grupos e indivíduos que enxergavam, no comunismo, um risco real para a sociedade (MOTTA, 2000; RODEGHERO, 2002). A título de exemplo, no caso brasileiro, destacam-se a Igreja Católica⁸ e o Exército⁹ ou determinados governos, que buscam se afirmar nas disputas político-ideológicas, isto é,

⁸A Igreja Católica sempre se constituiu em uma das principais instituições não-estatais no combate ao comunismo, sendo este um mal absoluto e um inimigo irreconciliável para a igreja; representava o comunismo como o inimigo absoluto e, dentre as representações a respeito do comunismo, destaca-se a demonização do comunismo, isto é, a sua associação a uma figura diabólica (MOTTA, 2000).

⁹As Forças Armadas brasileiras institucionalizaram o discurso anticomunista desde a Revolta de 1935. A derrota de tal revolta influiu ainda mais a ideologia no interior das Forças Armadas ao ponto em que se instaurou a comemoração anual da vitória sobre os comunistas (CASTRO, 2020). Ainda, o anticomunismo das Forças Armadas ultrapassa a simples recusa ao projeto comunista, passando a abranger um modelo de organização social e política considerado o ideal segundo as Forças Armadas; esse anticomunismo militar, portanto, constitui-se o mais sistemático e elaborado em relação aos demais setores da sociedade civil (TEIXEIRA, 2014).

buscam legitimidade utilizando-se da luta contra o comunismo como um princípio, transformando o comunismo em um mal que cabe a estes grupos enfrentar em nome da sociedade.

2.3 IDEOLOGIA

Do mesmo modo que o anticomunismo, a ideologia não é fenômeno recente (LARRAÍN, 2007). A primeira referência ao termo “ideologia” remonta ao século XVIII, com a obra de Destutt de Tracy, que sistematiza a ideologia enquanto uma ciência das ideias (CODATO, 2016; SILVA, 2017). É possível também encontrar referências à ideologia na obra *O Príncipe* (1532), de Nicolau Maquiavel; embora não utilize o termo “ideologia” propriamente dito, o filósofo italiano tratou de temas essencialmente relacionados ao fenômeno ideológico em sua obra, analisando a prática política dos príncipes e a conduta humana na política. Tanto em Maquiavel, quanto em Francis Bacon, De Tracy, Comte ou outros pensadores, a ideologia foi um fenômeno considerado quase sempre uma “distorção psicológica, um problema ao nível do conhecimento” (LARRAÍN, 2007, p. 24), deixando de lado questões como o desenvolvimento das relações sociais.

É apenas a partir do século XIX que se cunha a ideologia enquanto conceito, com a obra de Marx e Engels, *A Ideologia Alemã* (1846), disseminando, assim, a discussão referente à ideologia no campo social (ALTHUSSER, 1980; GORENDER, 1998; LARRAÍN, 2007). Segundo a visão marxista, a ideologia seria um “sistema das ideias, das representações que domina o espírito de um homem ou de um grupo social” (ALTHUSSER, 1980, p. 69). É entendida como uma falsa consciência da realidade, uma consciência resultante da necessidade de se pensar a realidade considerando o ponto de vista de determinada classe social (STOPPINO, 1998). É, portanto, um conjunto de ideias espontâneas. Ilkowski (2021) segue essa linha marxista e argumenta que, ao invés de entender a ideologia enquanto um sistema aleatório de pensamentos e crenças, deve-se considerá-la enquanto um conjunto específico de ideias, sendo que seu caráter ideológico é determinado por seu papel legitimador do poder de classe em uma sociedade de classes.

Essa visão marxista da ideologia simboliza uma transformação da conotação positiva que a ideologia possuía anteriormente para uma conotação negativa, sendo um conceito mais crítico (LARRAÍN, 2007). Isto porque, consoante a esta visão, a ideologia “distorcia e

desfigurava a contradição entre forças e relações de produção” (GUARESCHI, 1997). Não obstante, a contribuição marxista foi essencial para o desenvolvimento de dito conceito, isto porque demonstrou, acima de tudo, as falhas de uma sociedade burguesa precária, bem como a conexão que a ideologia possui com as contradições sociais marcantes neste tipo de sociedade (LARRAÍN, 2007).

Um conceito positivo de ideologia aparece, após, com obras como a de Antonio Gramsci. Esse sentido positivo do conceito surge como uma “expressão de visão de mundo de classe [...] pode-se falar de ‘ideologias’ no plural como a opinião, teorias e atitudes formadas dentro de uma classe a fim de defender e promover seus interesses” (LARRAÍN, 1979, p. 14 *apud* GUARESCHI, 1997, p. 168). A visão gramsciana de ideologia entende que a função maior da ideologia reside na sua função de orientar a organização das massas, sendo que a classe dominante “possui sua própria “estrutura ideológica”, isto é, a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a ‘frente’ teórica ou ideológica” (GRAMSCI, 1977 *apud* LIGUORI; VOZA, 2017, p. 787). Assim, os grupos sociais de determinadas sociedade são sujeitos políticos e suas visões de mundo influenciam suas escolhas políticas em sociedade, de tal modo, a ideologia se materializa em ação política (SILVA, 2017).

Segundo um viés psicológico, a ideologia consiste em um conjunto coerente de atitudes e valores que são compartilhados por um grupo social e motivam suas ações, todavia, vai além disso: é uma visão de mundo sujeita a interpretação de quem a tem (De WITTE, 2004). Esta visão de ideologia também é prescritiva ou normativa, isto é, a ideologia determinada direciona sua ação aos indivíduos, ou seja, os indivíduos agem em sociedade orientados por uma ideologia. Quando há uma ideologia coletiva, por exemplo, há um senso de pertencimento em que os indivíduos buscam atingir estes objetivos a fim de assegurar os interesses do grupo, ou ainda, de elevar a posição do grupo e de seus membros perante a sociedade (De WITTE, 2004). Nesse aspecto, tanto os valores, como a ideologia são de enorme impacto no comportamento político dos indivíduos de determinada sociedade, uma vez que ambos podem se transformar em ação política dadas as medidas certas de interesse e eficácia políticos. Ainda, os valores e a ideologia são mais do que oportunos para analisar a preferência por partidos políticos, por exemplo, podendo determinar o voto entre direita e esquerda (De WITTE, 2004).

Em síntese, não há um consenso a respeito do conceito de ideologia, entretanto, as visões apresentadas e explicitadas acima contribuem para a compreensão do anticomunismo e

do imaginário anticomunista brasileiros. Compreende-se que a ideologia pode ser considerada um sistema de ideias e representações (ALTHUSSER, 1980), uma falsa consciência a respeito da realidade (MARX; ENGELS, 1846) ou, também, como um sistema aleatório de crenças e pensamentos (ILKOWSKI, 2021); as definições de Althusser (1980) e Ilkowski (2021) estão alinhadas ao conceito de imaginário anticomunista, que consiste em um conjunto de imagens e representações acerca do comunismo, enquanto a definição de Marx e Engels (1846) parece encaixar-se bem na realidade do anticomunismo brasileiro, isto é, o anticomunismo busca combater um comunismo não existente, logo, orienta-se sobre uma falsa consciência a respeito da realidade. Ademais, sabe-se que a ideologia também pode ser compreendida como uma visão de mundo que orienta a ação política (GRAMSCI, 2011), ou uma visão complementar a esta, em que a ideologia nada mais é do que um conjunto de atitudes e valores que motivam a ação de um grupo de indivíduos que age de acordo com esse conjunto específico (De WITTE, 2004).

Assim, se considerarmos o imaginário anticomunista enquanto um conjunto de imagens e representações acerca do comunismo, um objeto que existe na realidade, faz sentido que se compreenda o imaginário anticomunista como uma ideologia própria daqueles que buscam veementemente o combate do fantasma do comunismo. Em suma, o anticomunismo enquanto ideologia se constitui em uma visão de mundo e consiste num conjunto de atitudes e valores compartilhado entre um grupo de indivíduos, que orientam a ação (política) em prol de seus interesses.

2.4 INIMIGO

Diversas representações que compõem o imaginário anticomunista, isto é, que os anticomunistas atribuem ao comunismo e aos comunistas, determinam estes como o “inimigo”. Sabe-se que a igreja católica considera o comunismo um inimigo absoluto aos princípios da religião, do mesmo modo, os conservadores consideram o comunismo um mal que corrompe os valores tradicionais da família, dentre tantas outras representações; essa variedade de representações tem em comum esse ato de representar o comunismo como o inimigo. Logo, torna-se necessário debruçar-se, também, sobre o conceito de inimigo para que se possa entender o argumento dos anticomunistas quando colocam o comunismo como seu inimigo direto.

Carl Schmitt, na obra *O Conceito do Político* (1932, 2008), na tentativa de compreender a essência do político, percebe que o político se manifesta essencialmente através da relação amigo-inimigo. Ou seja, ao buscar um conceito do político, Schmitt (2008) entende que este raramente possui uma definição bem estabelecida, sendo possível encontrá-la somente a partir da identificação e da verificação de categorias especificamente políticas, assim, a diferenciação entre amigo e inimigo é o aspecto primordial para que haja uma distinção desses elementos especificamente políticos. Esta diferenciação visa exclusivamente qualificar o grau de uma relação, sejam relações de união ou separação ou, por outro lado, de associação ou desassociação.

Entretanto, muito embora trate-se de uma relação entre amigo e inimigo, está longe de tratar-se de uma dicotomia, tampouco diz respeito à questões de moralidades; na verdade, o inimigo político não necessariamente possui má índole, conforme Schmitt, o inimigo “é precisamente o outro, o desconhecido e, para sua essência, basta que ele seja, em um sentido, especialmente intenso, existencialmente algo diferente e desconhecido” (SCHMITT, 2008, p. 28). Não é necessário, portanto, que se aponte o inimigo como moralmente mau, esteticamente feio ou até mesmo sejam atribuídos quaisquer outros juízos de valor, o conceito de inimigo e amigo devem ser compreendidos de acordo com seu sentido concreto, sem metáforas e simbologias.

Assim, a questão do inimigo político de Schmitt (2008) não se relaciona a uma dicotomia, tampouco a uma antítese normativa. Senão, está intrinsecamente ligado à possibilidade de conflito, à guerra, que é, na verdade, uma realização concreta e extrema da inimizade. Ou seja, os inimigos consistem essencialmente em um conjunto de pessoas que podem, eventualmente, entrar em combate, para tanto, basta que, em caso extremo, sejam possíveis conflitos com dado inimigo e este conflito extremo pode ser resolvido somente entre os envolvidos. Dessa forma, a delimitação da guerra é inerente a uma relativização da inimizade, em outras palavras, se a delimitação da guerra “não estiver ligada, em ambos os lados, a uma relativização da inimizade, ela é um jogo cínico, a realização de *dog fight*, ou uma vã ilusão” (SCHMITT, 2008, p. 17).

Destarte, a política existe em razão da possibilidade de combate e o conceito de inimigo, de igual forma, corresponde a essa possibilidade. Por isso, a possibilidade de combate deve ser sempre uma possibilidade real, para que a política exista, mesmo que esse combate seja no âmbito interno – nesse caso, fala-se em guerra civil. No entanto, deve-se

ressaltar que o político consiste essencial e exclusivamente na eventualidade, na possibilidade do combate e não no combate de fato (SCHMITT, 2008).

A contraposição política é uma das formas mais intensas e extremas de contraposição. Ainda, “toda contraposição religiosa, moral, econômica, étnica ou de outra categoria transforma-se em uma contraposição política quando é forte o suficiente para agrupar os seres humanos efetivamente em amigos e inimigos” (SCHMITT, 2008, p. 39). Se entendermos que a contraposição em todos aspectos transforma-se em uma contraposição política, também compreendemos o anticomunismo como uma contraposição de mesmo tipo, ainda mais quando se entende que há um agrupamento entre amigos e inimigos, mesmo que tal distinção tenha sido cristalizada no contexto brasileiro pelos próprios grupos anticomunistas que veem no comunismo seu maior inimigo, ao qual devem combater.

Mesmo que o comunismo não seja expressivo o suficiente e, não se configure como uma ameaça real no atual contexto, o anticomunismo o entende como uma bomba prestes a explodir, considerando a todo momento a eventualidade do combate, dessa forma, neste ponto, o conceito de inimigo de Schmitt (2008) adequa-se perfeitamente. No entanto, conforme visto, a relação de amigo e inimigo de Schmitt (2008) não se baseia em questões de moralidade, muito menos juízos de valor, ao contrário do que se vê na ação anticomunista brasileira, que atua de diversas formas contra o comunismo, utilizando-se também de representações que condenam a moralidade e o caráter do comunismo.

3 O ANTICOMUNISMO BRASILEIRO: PANORAMA HISTÓRICO

Em 1848, o Manifesto do Partido Comunista versava sobre o fantasma do comunismo que rondava a Europa e sobre as forças do velho continente que se uniriam para combatê-lo. Isso já evidenciava o surgimento do anticomunismo lado a lado ao comunismo, entretanto a existência do anticomunismo brasileiro é sutil até a década de 1930, aproximadamente.

Sabe-se que a Revolução de Outubro de 1917, na Rússia repercutiu globalmente, implicando transformações profundas em todos os aspectos (HOBSBAWM, 2005; SODRÉ, 1986). Igualmente, dada revolução impacta na sociedade brasileira, haja vista a realização de greves dos trabalhadores, bem como manifestações em apoio ao povo russo e a própria fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1922 (SILVA, 2009; SANTOS, 2019). Mesmo assim, o comunismo e o anticomunismo brasileiros não possuíam tanta força no país,

o comunismo, na verdade, ainda era visto como uma ameaça estrangeira, exótica (LAMARÃO, 2020; CASTRO, 2020). Portanto, destacam-se, na história brasileira do século XX, alguns eventos responsáveis pela concretização e propagação do anticomunismo brasileiro, quais sejam: (i) os levantes de 1935, (ii) o golpe de Estado Novo, (iii) uma nova onda anticomunista, de 1946 a 1948, e (iv) o golpe de 1964 (MOTTA, 2000).

A década de 1930, no Brasil, é o momento mais expressivo do anticomunismo e comunismo brasileiros. Sobretudo em 1935, quando há a tentativa de uma insurreição comunista em Natal, Recife e Rio de Janeiro; esse levante, mais tarde denominado Intentona Comunista de maneira pejorativa, foi encabeçado pela figura de Luís Carlos Prestes, bem como da Aliança Nacional Libertadora (DUTRA, 2012; FICO, 2015). É a partir desse evento que a ameaça comunista, antes estrangeira, passa a ser vista como uma ameaça real e concreta em território brasileiro, intensificando a luta anticomunista (LAMARÃO, 2020; SANTOS, 2019).

É evidente que a tentativa de insurreição comunista significou uma possibilidade real de revolução comunista, no entanto, esta não se concretizou naquele momento, nem em qualquer outro momento da história brasileira (BATISTA, 2017; BOMBA, 2020). Em contrapartida, serviu para cristalizar as representações negativas atribuídas aos comunistas, pelos anticomunistas (MOTTA, 2000) e, assim, o comunismo continuou sendo visto com maus olhos, sendo considerado um perigo à sociedade brasileira.

Dessa forma, é indiscutível que a rivalidade entre comunistas e anticomunistas torna-se destaque nesse momento da história brasileira. Conforme argumenta Eliana Dutra,

O embate ideológico entre grupos sociais antagonistas é responsável, nesses anos, pela intensificação da produção de imaginários sociais concorrentes, onde, em torno da ideia de revolução, proliferam representações — umas, legitimando relações de força; outras, postulando uma nova legitimidade no campo político. Toda essa produção imaginária, que tem a revolução como centro da sua representação política, será o objeto e o lugar dos conflitos sociais que marcam o país nesses anos (DUTRA, 2012, p. 39).

A consolidação do anticomunismo brasileiro durante a década de 1930 se deve, portanto, não somente ao temor em relação ao chamado “perigo vermelho”, mas também ao oportunismo de determinados setores e grupos conservadores que visavam, sobretudo, a

manutenção dos valores morais tradicionais, bem como do *status quo* (SODRÉ, 1986). Por conseguinte, diante da expansão do comunismo em escala mundial, o Estado se viu na necessidade de utilizar-se de artimanhas e legislações para enfrentar a escalada comunista e foi isto que se sucedeu no caso brasileiro. Em vista da tentativa frustrada de instauração do comunismo no país, houve um enrijecimento no regime, em que Vargas passou a instituir a repressão não somente aos comunistas, mas contra qualquer figura de oposição (FICO, 2015).

Na Constituição de 1937, o comunismo é considerado uma infiltração que, além de deixar o país inteiro em estado de apreensão, torna-se cada vez mais extensa e profunda, sendo que a única solução para tal seriam “remédios de caráter radical e permanente” (BRASIL, 1937), isto é, o único meio para combater o comunismo seria através de repressão, ou simplesmente, a ditadura. Ainda, a Constituição proclamava estar atendendo aos interesses do povo brasileiro, que estava sendo afetado por “fatores de desordem”. O Ato Institucional de 1964, por sua vez, determinou a manutenção da Constituição de 1946, alterando os poderes do Presidente da República para que este possa tomar medidas urgentes a fim de “drenar o bolsão comunista” (BRASIL, 1964). Essas reações evidenciam-se o oportunismo do qual se fala, uma vez que, para deter ideias subversivas e manter a ordem vigente, ditaduras são instauradas; outrossim, no caso brasileiro, a ameaça comunista ganha destaque, servindo como pretexto para golpes políticos, como os de 1937 e 1964 (MOTTA, 2000, 2017, 2021; BATISTA, 2017; FICO, 2015; BOMBA, 2019).

Ainda em 1964, ocorre a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, movimento impulsionado pelo temor ao “perigo comunista” e organizado principalmente por setores do clero (LAMARÃO, 2020), evidenciando uma das principais matrizes do anticomunismo, o catolicismo (MOTTA, 2000). O movimento, favorável à destituição do então presidente da república, João Goulart, destacava falas e frases como “o Brasil não será uma nova Cuba”, “Verde amarelo, sem foice nem martelo” (Anexo 1), dentre outras (SAMWAYS, 2018).

Muito embora este anticomunismo esteja enraizado na sociedade brasileira e, do mesmo modo, tenha sido um elemento central nas disputas políticas do século XX, na história do país, o comunismo brasileiro não se tornou uma força expressiva o suficiente. Na verdade, a única possibilidade real de uma instauração do comunismo e sua ideologia no Brasil se deu com o levante de 1935, ou Intentona Comunista como os anticomunistas a denominaram, mas ela não chegou a se concretizar. Portanto, se, como aponta Batista (2017), o comunismo brasileiro sequer foi superior politicamente ou nem mesmo tomou o poder no país utilizando-se de métodos revolucionários, cabe questionar-se por que o anticomunismo brasileiro perdurou até o século XXI e, ainda, por que é tão forte? Se entendermos que a lógica do comunismo é a do anticapitalismo, da mesma forma a lógica do capitalismo é a lógica do anticomunismo, pode-se considerar que existe uma necessidade de resguardar o sistema capitalista do inimigo comunista, mesmo que o comunismo brasileiro não demonstre ser uma ameaça iminente, ou até mesmo significativa, a este sistema.

3.1 O ANTICOMUNISMO BRASILEIRO NO SÉCULO XXI

A despeito da virada do século e das mais de oito décadas que separam os dias atuais da primeira e única tentativa de insurreição comunista registrada no Brasil, o anticomunismo permanece enraizado na sociedade brasileira. É evidente que o cenário brasileiro atual possui suas próprias particularidades em relação ao século passado, contudo, há uma continuidade nesse aspecto arraigado do anticomunismo bem como propôs Motta (2000). Ainda, há a permanência de uma certa paranoia no imaginário anticomunista brasileiro que reforça uma narrativa de que o comunismo destruirá o país (BEVINS, 2020).

Se considerarmos que o anticomunismo, ou em outras palavras, a oposição sistemática ao comunismo pode ser explicada a partir de realidades distintas (RODEGHERO, 2002), tal como a partir do momento histórico e condição de cada um dos países, origens, ideais ou políticas no qual se insere (BONET, 1998), faz sentido que se demonstre a permanência de dado fenômeno na atual conjuntura. Entretanto, mesmo com sua permanência, o anticomunismo não é o mesmo do século XX, pelo contrário, ele se transforma e adquire novas nuances em relação àquele que se apresentou no século anterior.

O imaginário anticomunista brasileiro do século passado esteve concentrado na oposição total ao comunismo, tendo como inimigo direto e principal, inicialmente, o

comunismo soviético. Naquela época, portanto, a figura do inimigo era a URSS (LOPES, 2016), passando a progredir para a própria Aliança Nacional Libertadora (ANL), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a figura de Luís Carlos Prestes, à medida em que estes tomam protagonismo no cenário político brasileiro e, posteriormente, até Cuba. Atualmente, entretanto, há uma mudança no anticomunismo brasileiro, em que ocorre uma transferência desse inimigo direto do comunismo soviético ou do próprio comunismo para outros espectros políticos.

Evidentemente, não há um ponto de ruptura ou substituição completa de um inimigo para outro – ainda se trata de uma oposição ferrenha ao comunismo –, o que acontece é uma ressignificação do comunismo. O inimigo que sempre foi o fantasma do comunismo, ainda o é, no entanto, há uma tendência, por parte dos anticomunistas, de abranger ainda mais significados, representações, princípios ou figuras políticas dentro do espectro do comunismo.

Muito embora o anticomunismo seja um fenômeno abraçado por diferentes grupos político-ideológicos, sendo estes tanto de direita, quanto de esquerda (BONET, 1998; MOTTA, 2000; SAMWAYS, 2018), o anticomunismo brasileiro mostra-se majoritariamente um movimento exclusivo da direita, que se opõe quase exclusivamente à esquerda. Isso não quer dizer que a esquerda não é anticomunista, aliás, isto pode se dever ao fato de que o setor esquerdista foi, na verdade, muito menos expressivo na luta anticomunista do que a direita, na verdade, a esquerda tendeu mais para a cooperação com comunistas do que para o combate (MOTTA, 2000).

Mas, além disso, a direita parece se opor a qualquer tipo de política de cunho social, como aponta Motta:

O anticomunismo muitas vezes serviu de guarda-chuva para abrigar frentes de direita integradas por grupos heterogêneos, servindo de língua franca para expressar (e incrementar) a mobilização contra a esquerda, contra movimentos sociais orientados para a esquerda e contra políticas voltadas ao combate às desigualdades em geral (2019, p.2).

Portanto, no cenário atual, o anticomunismo adquire novas nuances, novos significados, tais como o antiesquerdismo e, até mesmo, mais especificamente o antipetismo, isto é, a oposição ao PT – Partido dos Trabalhadores (BATISTA, 2017). Esta aversão à esquerda passa a ser um dos principais pilares do anticomunismo brasileiro contemporâneo,

em que há uma associação intensa de movimentos e partidos esquerdistas ao comunismo. Mesmo que os partidos e as figuras de esquerda não sejam comunistas de fato e que os governos não tenham sido socialistas, há a denúncia de que são comunistas; na verdade, as políticas dos governos esquerdistas possuíam um viés mais progressista e social, mas sequer chegaram a ser políticas socialistas. Ou seja, mesmo que o partido no poder pelos últimos anos, o PT, não tenha se caracterizado como um governo socialista, seu caráter progressista foi o suficiente para que a direita o colocasse no espectro comunista (BOULOS; GUIMARAES, 2016).

Se, no Brasil do século anterior, destacaram-se episódios nos quais o anticomunismo encontrou seu auge, na sociedade brasileira da atualidade acontece o mesmo. Destarte, o presente trabalho propõe três momentos nos quais o anticomunismo brasileiro atual encontra seu ápice, são eles: (i) as manifestações pró-*impeachment* de 2015, (ii) o processo de *impeachment* de 2016, e (iii) o processo eleitoral de 2018. Nesses episódios, o comunismo foi visto, pela opinião pública brasileira, como um mal que assolaria a sociedade caso a esquerda continuasse no poder (BATISTA, 2017; MOTTA, 2019).

Em 2015, iniciaram-se as manifestações pró-*impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, reunindo quase dois milhões de cidadãos em diversas cidades de todas as regiões do país (BATISTA, 2016). O anticomunismo tomava lugar nas manifestações, expressos em frases como “Fora comunismo!”, “Nossa bandeira jamais será vermelha”, além de evidenciar uma oposição ferrenha ao Partido dos Trabalhadores, partido que se manteve no poder desde 2003 (ROSSI; BETIM, 2015; SAMWAYS, 2018).

Esse cenário político instável contribuiu para que o anticomunismo se fortalecesse ainda mais e, do mesmo modo, a votação do processo de *impeachment* e o próprio impedimento da presidente que se sucedeu ressaltou esse discurso anticomunista. As justificativas dos votos favoráveis ao *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff evidenciaram isto, uma vez que os argumentos concentravam-se em temas como a defesa da família, da preservação da moralidade e dos valores tradicionais; mais do que isso, utilizaram-se também de discursos extremamente religiosos, até mesmo simbolizando isso através de referências à bíblia (MARTÍN, 2016).

Sem dúvidas, o ápice da votação e o momento em que o anticomunismo se deu de forma escancarada foi o discurso do atual presidente e então deputado Jair Bolsonaro que, em seu voto a favor do impedimento, declarou:

Perderam em 64. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve. Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff (VOTAÇÃO..., 2016).

Além de homenagear um torturador dos tempos de ditadura, Jair Bolsonaro enfatiza sua aversão ao comunismo e destaca algumas das pautas anticomunistas atuais: a discussão em torno do projeto “Escola Sem Partido”, que visava acabar com o que os anticomunistas acreditavam ser uma doutrinação marxista dos estudantes; e a abominada “ideologia de gênero”, que estaria corrompendo a inocência das crianças em sala de aula. Isso torna evidente que o imaginário anticomunista pintava uma realidade onde o Brasil estaria passando por uma suposta estratégia comunista que visava a destruição das famílias, da moral e dos bons costumes.

De fato, evidencia-se um padrão na política brasileira, em que aqueles que buscam minar a hierarquia social existente geralmente perdem, ao passo que aqueles que vencem frequentemente utilizam-se de teorias da conspiração para justificar seus próprios movimentos (BEVINS, 2020). Ao que parece, ocorre uma reprodução dos mesmos discursos decorrentes de 1964; um exemplo disto são as manifestações atuais em que os manifestantes utilizam cartazes com os mesmos dizeres dos de 1964, como “Marcha da família com Deus pela liberdade”, “O Brasil não será uma nova Cuba”, dentre outros (Anexo 1).

Figura 1 - Cartazes na manifestação de 1964



Fonte: PRADO, 2018.

Figura 2 - Cartazes na manifestação de 2014



Fonte: G1, 2014.

No imaginário anticomunista, como se vê nas manifestações de 1964 e nas atuais, o comunismo seria uma contraposição à democracia. No entanto, o que os eventos de 1964 e 2016 mostram é uma postura antidemocrática, que se aproxima ao ódio à democracia (LÖWY, 2016). Em uma análise retrospectiva aos momentos de ápice do anticomunismo brasileiro, nenhum deles era marcado por uma ação comunista efetiva. Na verdade, as ações denunciadas pelo imaginário anticomunista seja em 1937, 1964 ou em 2016, jamais existiram (BATISTA, 2017).

Desse modo, o anticomunismo retoma espaço no cenário político brasileiro, ganhando cada vez mais destaque. Mesmo que tome outras formas, como o antipetismo, ainda assim existe uma aversão visceral ao comunismo; um dos muitos momentos que pode simbolizar esta luta ferrenha contra o comunismo na sociedade brasileira contemporânea está na oposição entre as bandeiras verde e amarela, do país, e a vermelha, do Partido dos Trabalhadores, que, na visão dos anticomunistas, representa o comunismo (MOTTA, 2019). Como aponta Bomba (2019):

O termo “comunistas” ressurgiu deste passado não tão distante, com a roupagem política do Partido dos Trabalhadores, na imagem de seus líderes nacionais, tal como Luis Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Não podemos olvidar que utilizar o termo comunista busca um sentido homônimo ao período ditatorial, que justifique ações, contudo, a palavra é ressignificada constantemente (2019, p. 134).

Isto se deve ao fato de que o partido tornou-se hegemônico à esquerda e não ao fato de que é um partido comunista, afinal “o PT não é um partido comunista (embora possa ter alguns militantes com este perfil) e sequer aplicou medidas socialistas, apenas algumas ações modestas visando a distribuição de renda. Isso não é socialismo” (MOTTA, 2017, p. 6). Ainda,

O fato de [o PT] ter chegado ao poder aumentou a indisposição dos grupos de direita que têm pavor a qualquer política de viés social, sejam bolsas, quotas raciais, etc. E o tema religioso e moral tem papel importante, pois grupos cristãos conservadores atribuem à esquerda toda a culpa pelas mudanças de comportamento entre os jovens. O problema é que a convergência entre antipetismo e anticomunismo implica enorme manipulação [...] (MOTTA, 2017, p. 6).

O Brasil, portanto, possui uma tradição anticomunista arraigada em si, que perdurou por décadas seguidas desde os anos 30 e esta tradição anticomunista de caráter duradouro é observada ainda nos dias atuais, confirmando a tese de Motta (2000, 2018). No entanto, há novas nuances no anticomunismo brasileiro, tais como o antipetismo e uma aversão extrema à esquerda em geral. Por isso, é relevante buscar compreender quais as razões para que este movimento seja tão persistente no Brasil, ainda hoje, isto é, o que mantém esse caráter arraigado da tradição anticomunista, sendo que o país não conta com uma ameaça comunista iminente, ou seja, não corre o risco de uma revolução comunista.

Assim, é nítido que o anticomunismo consolidou-se no Brasil a partir dos anos 1930 e se manteve enraizado na sociedade brasileira desde então. No entanto, sabe-se que o comunismo brasileiro não é uma força expressiva o suficiente para que haja uma frente de combate tão ativa e intensa quanto existe atualmente. De tal modo, a permanência do anticomunismo brasileiro parece contraditória, isto porque, se o comunismo brasileiro é inexistente, por que persiste o anticomunismo?

Embora fosse um movimento bastante diverso no que diz respeito a seus objetivos e ideais (MOTTA, 2000), o anticomunismo sempre convergiu em um ponto crucial: a extinção do comunismo. De fato, o comunismo foi pintado pelo imaginário anticomunista como um mal tão grande que as representações acerca do comunismo eram das mais variadas (DUTRA, 2012), consistindo desde uma demonização do comunismo à uma associação deste à agentes patológicos como pragas (MOTTA, 2000), dos comunistas à seres maléficos (SAMWAYS, 2018) ou até mesmo retratando o comunismo como um vírus (HOBSBAWM, 1994). O ponto em comum entre as mais diversas representações, portanto, é o caráter exclusivamente negativo a respeito do comunismo.

Essas representações, exclusivamente negativas, demonstraram, logo no século XX, uma tendência à persistência ao longo do tempo (MOTTA, 2000) que, por meio deste trabalho, veio a se confirmar novamente no século XXI, uma vez que, ainda nos tempos atuais há uma associação do comunismo ao mal absoluto. No século XXI, os episódios das manifestações de 2015 a favor do impeachment de Dilma Rousseff, o processo e a votação do *impeachment* em 2016 e as eleições de 2018 são episódios-chave nesse aspecto, que escancaram o anticomunismo ainda tão presente e enraizado na sociedade brasileira.

Conforme Batista (2017), “o discurso anticomunista brasileiro conduz o presente reafirmando em seus aspectos e práticas um passado que não passa” (BATISTA, 2017, p. 9), isso se evidencia ao analisar os momentos históricos em que o anticomunismo atinge seu ápice, nos anos de 2015 e 1964 principalmente. Nos dois episódios, a despeito de suas próprias singularidades, há um inimigo principal: o comunismo, sendo que no episódio mais recente há um resgate do episódio anterior, ou seja, nas manifestações de 2015 parece haver uma reprodução, ou melhor dizendo, uma réplica dos mesmos discursos utilizados nas manifestações de 1964, resgatando elementos do anticomunismo passado e reforçando um inimigo que há muito já não existe.

Desde os primórdios do anticomunismo brasileiro, evidenciou-se uma necessidade de preservar o *status quo* inalterado (SODRÉ, 1986), bem como de manter as estruturas hierárquicas e de poder vigentes inabaláveis, assim, o anticomunismo brasileiro construiu-se em torno da necessidade de construir uma lógica hegemônica em contraposição ao comunismo. Embora o anticomunismo brasileiro se mantenha na sociedade brasileira do século XXI, é notável que o anticomunismo se desenvolveu ao longo dos anos, adquirindo

novas nuances e se transformando em uma ferramenta de luta política contra não somente o comunismo, mas a tudo aquilo que coloca o poder hegemônico vigente em ameaça.

Em outras palavras, o anticomunismo brasileiro contemporâneo não combate o comunismo e há muito tempo não faz isso. Atualmente, o anticomunismo brasileiro combate tudo aquilo que o próprio imaginário anticomunista considera como sendo comunista, indo muito além do comunismo real, abrangendo partidos, figuras políticas, pensamentos ou ideais que tenham um caráter mais social ou estejam minimamente alinhados à pautas progressistas; concentra-se, especialmente, na esquerda e em figuras políticas como a ex-presidente Dilma Rousseff, o ex-presidente Lula e o próprio Partido dos Trabalhadores; denuncia pautas como direitos humanos, feminismo e igualdade de gênero, antirracismo, dentre outras como parte de uma doutrinação comunista e um plano dos comunistas de instaurar uma ditadura no país.

No entanto, sabe-se, nenhuma dessas pautas são exclusivas seja da esquerda ou do comunismo, tampouco a esquerda é comunista, assim, o anticomunismo brasileiro luta contra tudo aquilo que nada tem a ver com o comunismo; na verdade, muitas destas pautas são intrínsecas aos direitos humanos, à dignidade humana e não deveriam ser exclusivas de um ou outro espectro político-ideológico, senão de todos. Não obstante, o movimento anticomunista brasileiro, desde seu surgimento, construiu em torno do comunismo a imagem perfeita do inimigo, tal imagem foi se transformando ao longo do tempo mas jamais deixou de ser o que é em essência: um inimigo, assim, o anticomunismo permaneceu durante o século XXI como uma ação política em defesa do capitalismo, por intermédio do reforço desse inimigo. Em suma, o anticomunismo brasileiro esteve orientado desde o início e acima de tudo a preservar o sistema vigente, ou seja, o capitalismo e assim se mantém até o presente momento.

4 CONCLUSÃO

A conjuntura política brasileira dos últimos anos ressaltou um fenômeno antigo, mas que há muito persiste no país: o anticomunismo. Em vista da paradoxalidade que o próprio fenômeno constitui – um anticomunismo exacerbadamente intenso em contraposição a um comunismo pouco significativo –, o presente artigo buscou compreender o porquê da permanência do anticomunismo brasileiro durante o século atual. Afinal, se o próprio comunismo não constitui-se ameaça iminente ao país, é mais do que válido questionar-se por que o anticomunismo resiste e foi a partir desse questionamento que formulou-se o problema

de pesquisa que orienta este artigo, qual seja: Por que o anticomunismo ainda existe no Brasil durante o século XXI?

O fenômeno anticomunista é mais antigo do que parece, surgiu no século XIX como uma oposição imediata aos ideais comunistas, cristalizados através do Manifesto do Partido Comunista, de Marx e Engels (1848). No contexto global, o estabelecimento da União Soviética significa a instauração efetiva do comunismo que antes era simplesmente um “espectro” a rondar a Europa e cria as bases para o aprofundamento do anticomunismo; assim, a existência concreta do comunismo no mundo gerou consequências sem precedentes e impulsionou a ascensão do temor ao “perigo vermelho” ao redor de todo o globo.

No Brasil, a chama já acesa do anticomunismo passou a se intensificar somente a partir da década de 1930, com as revoltas de 1935. De fato, a possibilidade de uma revolução socialista parecia real à época, não obstante, as tentativas não se concretizaram e mais do que isso, em nenhum outro momento da história brasileira o comunismo significou perigo iminente; a despeito disso, as revoltas que explodiram naquele ano foram o gatilho necessário para o fortalecimento do anticomunismo brasileiro e sua permanência até o século presente. Outros episódios, como as manifestações populares conhecidas como "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" ocorridas em 1964 e os golpes políticos que se sucederam em 1937 e 1964 também ofereceram as bases para o fortalecimento do anticomunismo brasileiro no século XX e sua permanência até o século seguinte.

No século presente, destacam-se alguns episódios nos quais o anticomunismo brasileiro foi evidenciado: (i) as manifestações a favor do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em 2015, (ii) o processo e a votação do *impeachment* em 2016, e (iii) as eleições de 2018. Há, nesses episódios, muita similaridade com os eventos destacados no século anterior, um exemplo significativo são as manifestações populares a favor do *impeachment* da ex-presidente Dilma em 2015, em que há uma reprodução dos mesmos discursos e cartazes com os mesmos dizeres daqueles vistos em 1964. Isso evidencia ainda mais que há uma permanência do anticomunismo na sociedade brasileira atual, mas não o porquê.

São diversas as definições do anticomunismo, indo desde uma oposição sistemática ao comunismo a um fenômeno complexo que pode ser explicável a partir de diversas circunstâncias de todos os aspectos. Ainda, o anticomunismo é orientado pelo que se chama “imaginário anticomunista”, que, nada mais é do que um conjunto de imagens e representações irreais criadas pelos indivíduos a respeito do comunismo; essas representações

concentram-se em aspectos exclusivamente preconceituosos e de senso-comum acerca do que chamam de comunismo, indo desde a demonização a uma patologização do fenômeno, passando por ligar a palavra a tudo o que possa ser imaginado com negativo e, especialmente, construindo o comunismo como um inimigo da sociedade e das pessoas

Esse imaginário anticomunista, composto por representações das mais diversas a respeito do comunismo, é orientado pela ideologia. Assim, se considerarmos o imaginário anticomunista enquanto um conjunto de imagens e representações acerca do comunismo, aproximamo-nos da definição de Althusser (1980) e de Ilkowski (2021). Se, junto a isso, entendermos que o anticomunismo brasileiro atual busca combater um comunismo que não existe, também nos aproximamos da visão de ideologia como uma falsa consciência a respeito da realidade, de Marx e Engels (1846). Mais importante, deve-se compreender que o anticomunismo é uma visão de mundo que orienta os grupos anticomunistas à ação política, ou seja, se transforma em uma ferramenta para resguardar o sistema capitalista vigente. Ainda, como os valores e a ideologia são oportunos para entender preferências políticas e podem servir para determinar voto entre direita e esquerda, faz sentido que o anticomunismo atual seja confundido como um fenômeno exclusivamente da direita, uma vez que os valores anticomunistas se fundam na contraposição às pautas progressistas, erroneamente consideradas de esquerda.

O anticomunismo brasileiro, desde seu surgimento, tem em vista a manutenção das bases hierárquicas vigentes, ameaçadas pela possibilidade da instauração do sistema comunista. Dessa maneira, a luta anticomunista centralizou-se na figura do inimigo principal, sendo este inicialmente a União Soviética ou posteriormente a Aliança Nacional Libertadora (ANL) ou até mesmo a figura de Luís Carlos Prestes; mais uma vez, mesmo não havendo uma real possibilidade de uma revolução socialista no Brasil de hoje, o anticomunismo se mantém excepcionalmente ativo durante a atualidade. Contudo, não é o mesmo anticomunismo que se apresentou no século anterior, senão um anticomunismo que se transformou e adquiriu novas nuances ao longo do tempo; ainda é anticomunismo em nome, mas no que diz respeito a seus ideais e objetivos, estes estão muito distantes do simples combate ao comunismo. Na verdade, os anticomunistas da atualidade buscam combater tudo aquilo que se contrapõe aos valores de defesa da propriedade privada, de democracia ou igualdade, se constituindo, assim, como militantes em defesa do que há de mais reacionário na sociedade.

Destarte, é um anticomunismo que se opõe a toda e qualquer mudança significativa de cunho social; que abomina temáticas como os direitos humanos, igualdade de gênero, dentre outras pautas que foram conquistas sociais ao longo do século XX e anteriores; é um anticomunismo que procura vincular todas essas pautas a um suposto comunismo, que, longe de ser entendido, seria um mal responsável por todas as mazelas da sociedade. E, do mesmo modo que no século XX, a figura do inimigo continua central na luta anticomunista, passando por ressignificações; se antes o inimigo era a ANL, no presente, o anticomunismo enxerga no Partido dos Trabalhadores (PT), que, cabe destacar, nunca foi comunista ou mesmo socialista, um importante inimigo a ser combatido; não se limita, no entanto, a ele, também considera figuras como a ex-presidente Dilma Rousseff ou o ex-presidente Lula como comunistas. Porém, vale ressaltar: pautas como os direitos humanos ou a igualdade de gênero não são de esquerda e ainda menos comunistas; da mesma forma, a esquerda, as figuras políticas esquerdistas e o próprio PT não são comunistas; logo, fica evidente que o anticomunismo não necessariamente combate o que efetivamente é relacionado ao comunismo, existindo fundamentalmente para atacar tudo o que possa de alguma forma contrariar os interesses dos grupos que querem manter o poder com base no medo, no preconceito e na ignorância.

Além disso, se considerarmos que o comunismo prega a libertação do proletariado e das classes subalternas, a extinção da divisão de classes e, sobretudo, a derrocada do capitalismo (e o anticomunismo é o exato oposto a isso), fica evidente que a luta anticomunista também está fundamentada na lógica da defesa do capitalismo. Portanto, o que explica a permanência do anticomunismo brasileiro durante o século XXI é a necessidade de determinados grupos políticos, econômicos e sociais de possuírem uma ferramenta que atue no sentido de preservar o *status quo* inalterado, manter as estruturas hierárquicas inabaladas e, acima de tudo, resguardar o sistema vigente, isto é, o capitalismo, em um processo de reforço da uma hegemonia de valores em favor do capitalismo. É uma ação política efetiva e atuante com vistas a combater um comunismo que inexistente; assim é válido afirmar que há um espectro imaginário que ronda o Brasil durante a atualidade: o anticomunismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1980. 120 p.

BATISTA, Ariel Cherxes. O anticomunismo brasileiro e a afirmação de um passado recomposto. In: SEMANA DE HISTÓRIA DA UFES, 11., 2017, Vitória. **Anais da XI Semana de História da UFES**. Vitória: Ufes, 2017. p. 1-13. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/semanadehistoria/article/view/23089>. Acesso em: 29 set. 2021.

BATISTA, Liz. Cronologia: Protestos 2015 a 2016. **Estadão**, São Paulo, p. 1-1, 11 mar. 2016. Disponível em: <http://m.acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,cronologia-protestos-2015-a-2016,12157,0.htm>. Acesso em: 14 mar. 2022.

BEDESCHI, Giusieppe. Comunismo. In: BOBBIO, Norberto *et al.* **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 204-210.

BOBBIO, Norberto *et al.* **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOMBA, G. O passado não tão distante. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 19, n. 220, p. 127-136, fev. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3fzmhmG>>. Acesso em: 28 mar. 2021.

BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Norberto *et al.* **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 34-35.

BOULOS, Guilherme; GUIMARÃES, Vitor. Resistir ao golpe, reinventar os caminhos da esquerda. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). **Por que gritamos golpe?: Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. 1. ed. [S. l.]: Boitempo, 2016. 176 p. ISBN 9788575595008.

BRASIL. [Constituição (1937)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937**. Rio de Janeiro: Presidência da República, [1937]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 27 set. 2021.

BRASIL. **Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Acesso em: 27 set. 2021.

CODATO, Adriano. O conceito de ideologia no marxismo clássico: uma revisão e um modelo de aplicação. **Política & Sociedade**, [S.L.], v. 15, n. 32, p. 311, 1 jul. 2016. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15n32p311>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15n32p311>. Acesso em: 17 abr. 2022.

COELHO, Teixeira. Imaginário. In: COELHO, Teixeira (org.). **Dicionário Crítico de Política**

Cultural: Cultura e Imaginário. São Paulo: Iluminuras, 1997. p. 211-212.

DAGGER, Richard; BALL, Terence. Communism. Encyclopedia Britannica, 2019. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/communism>. Acesso em: 9 dez. 2021.

De WITTE, Hans. Ideological orientation and values. In: SPIELBERGER C. D. (Org.). **Encyclopedia of Applied Psychology**. [s.l.]: Elsevier Academic Press, 2004

DUTRA, Eliane de Freitas. **O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos de 1930**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. 359 p. ISBN 978-85-7041-964-4.

ENGELS, Friedrich. **Principios del Comunismo**. 1847.

ENGELS, Friedrich. Prefácio à Edição Alemã de 1883. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. 4. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

ENGELS, Friedrich. [Correspondência]. Destinatário: Franz Mehring. Londres, 21 jul. 1893. Correspondência. Disponível em: https://www.marxists.org/archive/marx/works/1893/letters/93_07_14.htm. Acesso em: 9 fev. 2022.

FOSSAERT, Robert. **O Mundo no Século XXI: uma teoria dos sistemas mundiais**. [S.L]: Instituto Piaget, 1996. 662 p.

G1. Manifestantes participam da Marcha da Família em Belo Horizonte: Ato é contra o comunismo e defende a intervenção militar. Segundo a PM, marcha reuniu cerca de 120 pessoas. **G1**, Belo Horizonte, p. 1-1, 22 mar. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2014/03/manifestantes-participam-da-marcha-da-familia-em-belo-horizonte.html>. Acesso em: 14 mar. 2022.

GORENDER, Jacob. Introdução. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Martins Fontes, 1998. cap. Introdução, p. VII-XLI.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere**. A cura di Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 1977.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 1, 2011.

GUARESCHI, Neuza. Ideologia e discurso. **Educação e realidade**, [s.l.], v. 22, n. 2, p. 165-185, dez. 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71370>. Acesso em: 17 abr. 2022.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOBBSAWM, Eric. O Século: Vista aérea: olhar panorâmico. *In*: HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 11-28.

ILKOWSKI, Filip. Anti-Communism as Ideology: the case of contemporary Poland. **Communist And Post-Communist Studies**, [s. l.], v. 54, n. 1-2, p. 1-23, mar. 2021. Disponível em: <https://online.ucpress.edu/cpcs/issue/54/1-2>. Acesso em: 20 out. 2021.

LAMARÃO, Sérgio. A conjuntura de radicalização ideológica e o golpe militar: A Marcha da Família com Deus pela Liberdade. *In*: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. A trajetória política de João Goulart. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1 mar. 2022. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A_marcha_da_familia_com_Deus. Acesso em: 15 fev. 2022.

LARRAÍN, J. *The Concept of Ideology*. London: Hutchinson, 1979.

LARRAÍN, Jorge. **El concepto de ideología: Marx**. 1. ed. Santiago: Lom Ediciones, 2007. 144 p. v. 1.

LIGUORI, Guido. VOZA, Pasquale. (org.). **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LOPES, Mauro. As quatro famílias que decidiram derrubar um governo democrático. *In*: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). **Por que gritamos golpe?: Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. 1. ed. [S. l.]: Boitempo, 2016. 176 p. ISBN 9788575595008.

LÖWY, Michael. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. *In*: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). **Por que gritamos golpe?: Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. 1. ed. [S. l.]: Boitempo, 2016. 176 p. ISBN 9788575595008.

MARTÍN, María. Impeachment Dilma Rousseff: Deus derruba a presidenta do Brasil. *El País*, São Paulo, p. 1-1, 19 abr. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/18/politica/1460935957_433496.html. Acesso em: 16 fev. 2022.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **German Ideology**. New York: Prometheus Books, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **German Ideology**. 1846. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1845/german-ideology/ch01a.htm>. Acesso em: 09 fev. 2022.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**, 1848. Porto Alegre: L&PM, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 2000. 315 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. [Entrevista concedida a] Wilson Tosta. **Estado de São Paulo**, São Paulo, nov. 2017.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O novo surto anticomunista e a democracia em risco. **Boletim**, Belo Horizonte, v. 44, n. 2005, p. 1-1, fev. 2018. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/publicacoes/boletim/edicao/2005/o-novo-surto-anticomunista-e-a-democracia-em-risco>. Acesso em: 16 set. 2021.

MOTTA, R. P. S. Tradição anticomunista no Brasil, as eleições de 2018 e o início da era Bolsonaro. **História da Ditadura**, [s. l.], n. 11, p. 207–215, 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Rodrigo Sá Motta fala sobre nova edição de "Em guarda contra o perigo vermelho"**. [Entrevista concedida a] Eduff (Editora da Universidade Federal Fluminense). Niterói, fevereiro, 2021. Disponível em: <http://www.eduff.uff.br/index.php/noticias/968-entrevista-rodrigo-sa-motta>. Acesso em: 13 set. 2021.

PEDREIRA FILHO, Waldemar S. Os intelectuais e a organização da cultura. **Revista de administração de empresas**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 61-64, Feb. 1977.

PIRES, Olivia Carolino; PAGOTTO, Ronaldo Tamberline (org.). **Socialismo como alternativa aos dilemas da humanidade**: Textos de Fernando Heredia. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020. 287 p.

PLATÃO. **A República**. 3. ed. Belém: EDUFPA, 2000.

PRADO, Antonio Carlos. Um Brasil confuso: O radicalismo do lulopetismo é visto atualmente como foi o comunismo nos anos que precederam o golpe militar. **ISTOÉ**, São Paulo, n. 2544, p. 1-1, 21 set. 2018. Disponível em: <https://istoe.com.br/um-brasil-confuso/>. Acesso em: 14 mar. 2022.

RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 463-488, 2002. Disponível em: <<https://bit.ly/31CFbB8>>. Acesso em 28 mar. 2021.

ROSSI, Marina; BETIM, Felipe. Em protesto anti-Dilma, Sergio Moro vira herói e Renan é vaiado nas ruas. **El País**. São Paulo, p. 1-4. ago. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/17/politica/1439766325_619975.html. Acesso em: 06 mar. 2022.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. **A "ameaça vermelha"**: medo e paranoia anticomunista. medo e paranoia anticomunista. 2018. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/medo-e-paranoia-anticomunista/>. Acesso em: 09 fev. 2022.

SCHMITT, Carl. **O Conceito do Político, Teoria do Partisan**. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

SCHMITT, Carl. **O Conceito do Político**. 1932

SILVA, Sabrina Aparecida da. O conceito de ideologia: tracy, marx, engels e gramsci. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL, 2., 2017, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. p. 1-6. Disponível em: https://seminarioservicosocial.paginas.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_2_21.pdf. Acesso em: 17 abr. 2022.

SMITH, Peter. Values and Culture. In: SPIELBERGER C. D. (Org.). **Encyclopedia of Applied Psychology**. [s.l.]: Elsevier Academic Press, 2004.

STOPPINO, Mario. Ideologia. In: BOBBIO, Norberto *et al.* **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 585-597.

VOTAÇÃO do impeachment: veja como foi o voto de Bolsonaro. Gravação de Globo. [S. l.]: G1, 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/video/votacao-do-impeachment-veja-como-foi-o-voto-de-jair-bolsonaro-5125877.ghtml>. Acesso em: 23 fev. 2022.

WAGNER, Carlos. As manifestações de apoio a Bolsonaro tentaram repetir a marcha de 1964?: Marcha da Família com Deus pela Liberdade desestabilizou o governo em 1964. Agora, busca pressionar parlamentares. Brasil de Fato, Porto Alegre, 28 maio 2019. Opinião, p. 1-1. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/05/28/artigo-or-as-manifestacoes-de-apoio-a-bolsonaro-tentaram-repetir-a-marcha-de-1964#>. Acesso em: 14 mar. 2022.